



RELATO E ANÁLISE REFLEXIVA DA EXPERIÊNCIA DE OBSERVAÇÃO E INTERVENÇÃO NA PERSPECTIVA DO ENSINO COLABORATIVO E COENSINO

Autora: Naiara Lopes Fonseca
Afiliação institucional: UNIMONTES
E-mail: naineuopp@gmail.com
Coautora: Zilmar Gonçalves Santos
Afiliação institucional: UNIMONTES
E-mail: zilmar.santos@unimontes.br
Coautora: Schirley Ribeiro Ruas
Email: schirleyleao@yahoo.com.br
Afiliação institucional: UNIMONTES

Eixo 1: Educação Inclusiva, Acessibilidade e Tecnologias Assistivas

Palavras-chave: Inclusão; Ensino colaborativo; Coensino; Práticas.

Introdução

A observação e experiência docente foram realizadas em uma escola pública municipal que atende ao Ensino Fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede de ensino do município de Coração de Jesus-MG. A instituição possui cerca de 368 estudantes. A turma observada pertence ao 6º ano do Ensino Fundamental II e é composta por 23 alunos, entre eles um estudante com laudo de Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI) e Transtorno Opositor Desafiador (TOD). Esse aluno é acompanhado regularmente pela professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que o atende de forma individualizada, por ser do público alvo específico da Educação Especial.

Durante a observação (maio e junho/2025), constatou-se agitação comportamental e dificuldades em leitura e escrita. Grande parte das dificuldades está relacionada à vulnerabilidade social da comunidade escolar, impactando o desenvolvimento dos alunos.

Outro aspecto determinante são os efeitos ainda presentes do Regime de Ensino Remoto Emergencial (REAMP), em decorrência da pandemia da COVID-19. Como

consequência, formaram-se lacunas significativas na aquisição da linguagem oral e escrita, no desenvolvimento da autonomia e nas habilidades socioemocionais.

No cenário brasileiro, marcado por desafios na efetivação da inclusão escolar, o ensino colaborativo tem se consolidado como uma abordagem em expansão, defendida por pesquisadores e políticas públicas, por favorecer o acesso, a permanência e o sucesso escolar tanto dos estudantes público-alvo da educação especial, quanto daqueles que apresentam dificuldades ou barreiras de aprendizagem, como observado neste estudo.

Fundamentos Teóricos

A experiência analisada reflete com clareza os princípios do ensino colaborativo, conforme descrito por Ferreira et al. (2007), que destacam o planejamento conjunto, a corresponsabilidade e a reflexão compartilhada como pilares de uma atuação inclusiva efetiva. A BNCC (2017) orienta que a educação promova equidade e inclusão, assegurando acesso às aprendizagens essenciais, reforça portanto, o papel da escola em criar condições para o desenvolvimento integral dos alunos, garantindo que práticas pedagógicas inclusivas sejam contempladas nos currículos e nas ações docentes.

No mesmo sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas, assegurando sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino. Essa legislação fortalece o ensino colaborativo ao exigir acessibilidade, recursos pedagógicos e estratégias que garantam participação dos estudantes público-alvo da educação especial.

O coensino observado valoriza a escuta dos estudantes e o protagonismo infantojuvenil. Beber e Silva (2018) defendem que o protagonismo deve ser “valorizado como modo de ser, de viver e de aprender das crianças”. Para isso, a ação pedagógica não pode estar limitada a rotinas rígidas ou a um controle excessivo do adulto, mas deve possibilitar espaços de experimentação, liberdade e desenvolvimento da autonomia.

Apresentação da Experiência

Na turma observada, a professora de Atendimento Educacional Especializado atua de maneira colaborativa com os docentes do ensino regular. Dentre as estratégias de

intervenção utilizadas, destacam-se o planejamento conjunto, o diálogo, o desenvolvimento de atividades em grupo e em duplas, as rodas de conversa e a mediação pedagógica contínua.

No desenvolvimento das práticas inclusivas na turma observada, o coensino se materializou por meio de estratégias diversificadas que buscavam atender às necessidades da turma e, em especial, do estudante com TDI e TOD. Destacaram-se o uso de textos curtos, linguagem simples, letras ampliadas e leitura mediada para alunos com dificuldades de decodificação. Além disso, foram utilizadas imagens e vídeos curtos como recursos visuais para apoiar a compreensão e estimular o interesse dos estudantes.

Outro aspecto relevante foi a busca de apoio familiar e da equipe escolar, o que favoreceu maior integração com a escola. O trabalho incluiu escuta ativa, permitindo que estudantes expressassem sentimentos e fortalecendo vínculos

A experiência incluiu o emprego de metodologias ativas, como trabalhos em grupo, rodas de conversa e atividades colaborativas, que favoreceram a interação, a corresponsabilidade entre pares e a valorização da diversidade como elemento constitutivo da aprendizagem. O vínculo afetivo estabelecido entre a professora de AEE e os estudantes também é um aspecto bastante importante, pois favorece a aceitação das intervenções pedagógicas e contribui para a superação das barreiras à aprendizagem. A mediação, portanto, vai além do conteúdo: envolve acolhimento, escuta e sensibilidade às necessidades dos alunos.

Análise Parcial dos Resultados

Os registros evidenciam que o comportamento inicialmente agitado da turma foi gradativamente substituído por atitudes mais respeitadas e colaborativas entre os colegas. Observou-se maior interesse dos estudantes em participar das atividades propostas, especialmente quando a dinâmica de avaliação passou a incluir vistos avaliativos e pontos como forma de reconhecimento, atribuídos tanto pelos professores do ensino regular quanto pela professora do AEE. Essa estratégia funcionou como reforço positivo, estimulando a participação espontânea.

Nas atividades em duplas ou equipes, tornou-se frequente que o estudante com maior domínio do conteúdo auxiliasse os colegas que apresentavam mais dificuldades, fortalecendo o senso de cooperação. Ao perceberem avanços, os professores passaram a

adotar elogios e pontos, potencializando o engajamento e reforçando a importância da parceria com o AEE.

Em relação ao estudante com laudo de TDI e TOD, inicialmente identificado por comportamentos repetitivos de se manter debruçado sobre a mesa, além de episódios de enfrentamento ou fuga, foram verificadas mudanças significativas, timidamente, passou a interessar-se por atividades e socializar. A equipe escolar, atenta a essas transformações, investiu na escuta ativa e no diálogo constante com a família, especialmente diante das situações de tentativa de evasão do ambiente escolar. Foram adotados pontos estratégicos de negociação, que contribuíram para modificar a percepção do aluno, levando-o a se sentir mais acolhido e compreendido no espaço escolar.

Esses indicadores mostram que práticas colaborativas, fundamentadas no coensino, impactaram positivamente a turma e a inclusão do aluno público-alvo.

Além disso, fortalece a atuação docente por meio da troca de saberes, da corresponsabilidade e da construção de práticas mais reflexivas e sintonizadas com a realidade da turma. Quando há colaboração efetiva entre os profissionais, o olhar sobre os alunos se amplia e as intervenções pedagógicas se tornam mais eficazes.

Conclusões

A experiência vivenciada demonstra que a colaboração entre os professores desta turma contribui significativamente não apenas para o atendimento ao aluno com deficiência, mas para a qualificação da prática pedagógica como um todo. O ensino colaborativo revela-se um caminho promissor para reconstruir trajetórias escolares interrompidas, resgatar a autoestima dos estudantes e garantir uma educação de qualidade, respeitosa e transformadora. Mais que recuperar conteúdos, é preciso reconstruir vínculos e assegurar pertencimento e avanço de cada aluno.

Apoio Técnico ou Financeiro

Financiamento próprio, com apoio institucional indireto da UNIMONTES e da escola participante.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2025.

BEBER, Irene Carrillo Romero; SILVA, Ivone Cella da. A ação pedagógica na educação infantil: o protagonismo das crianças. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 152–162, 2018.

FERREIRA, B. C.; MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. *Revista Educação Especial (UFES)*, v. 20, n. 31, p. 255–272, 2007.